



Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional

Aviso n.º 9874/2005 (2.ª série). — Por despacho do director-geral do Desenvolvimento Regional de 17 de Outubro de 2005:

Luís Alberto Pires Afonso Pereira dos Santos — nomeado definitivamente assessor principal ao abrigo da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 32.º da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho, e do n.º 2 do artigo 29.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com efeitos reportados a 1 de Outubro de 2003, precedida de parecer prévio da Secretária-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, para um lugar do quadro de pessoal desta Direcção-Geral. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Outubro de 2005. — A Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, *Deolinda Picado*.

Aviso n.º 9875/2005 (2.ª série). — Por despacho do director-geral do Desenvolvimento Regional de 7 de Agosto de 2005:

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, prevê nos n.ºs 2 e 3 do artigo 23.º a renovação da comissão de serviço dos titulares dos cargos de direcção intermédia, designadamente de chefe de divisão;

Considerando que a licenciada Maria Teresa Costa Correia Bernardo corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos da DGDR e que a mesma detém as características especificamente adequadas ao exercício do cargo de chefe de divisão;

Considerando ainda a excepcional colaboração que a licenciada Maria Teresa Costa Correia Bernardo tem prestado na adequação do desempenho da DGDR às novas exigências da gestão da Administração Pública:

1 — É renovada a comissão de serviço da chefe de divisão.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 11 de Outubro de 2005.

21 de Outubro de 2005. — A Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, *Deolinda Picado*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 23 101/2005 (2.ª série). — 1 — Considerando que o responsável pelo Gabinete de Coordenação de Parcerias e Formação, criado por despacho n.º 9898/2001, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 11 de Maio de 2001, licenciado Marco Paulo Gonçalves Dinis, cessou as respectivas funções, há a necessidade de nomear o novo responsável.

2 — Assim, ao abrigo do disposto no n.º 7 do n.º 9.º do anexo I da Resolução do Conselho de Ministros n.º 27/2000, de 16 de Maio, é nomeado responsável pelo Gabinete de Coordenação de Parcerias e Formação o licenciado José Filomeno Beja Cardeiro, que para o efeito é requisitado à Direcção-Geral da Empresa, nos termos previstos na alínea *a*) do n.º 2 do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 54-A/2000, de 7 de Abril, cujo currículo se publica em anexo,

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 19 de Setembro de 2005.

19 de Outubro de 2005. — O Ministro da Economia e da Inovação, *Manuel António Gomes de Almeida de Pinho*.

ANEXO

Curriculum vitae

Nome — José Filomeno Beja Cardeiro.

Naturalidade — Fundão, em 24 de Janeiro de 1946.

Estado civil — casado, com dois filhos.

Residência — Rua do Dr. António Martins, 40, 4.º, direito, 1700-094 Lisboa; telefone: 217270981.

Formação de base — licenciatura em Engenharia Mecânica pelo IST em 1971.

Situação militar — cumpriu o serviço militar obrigatório de 1972 a 1975 em Cabinda (Angola) como alferes miliciano (oficial responsável pelo Serviço de Material do Batalhão de Caçadores n.º 11).

Carreira profissional:

De 1975 a 1978 exerceu as funções de técnico superior do IAP-MEI, tendo sido destacado para o Serviço Técnico de Inter-

venção (*task force* criada no âmbito do Gabinete do Ministro da Indústria e Energia) em 1976-1977 e tendo coordenado o Núcleo do IAPMEI na Covilhã em 1977-1978;

Ingressou na Direcção-Geral das Indústrias Transformadoras Ligeiras (DGITL) em 1978 [posteriormente Direcção-Geral da Indústria (DGI)], onde exerceu até 1987 as funções de técnico superior, chefe de divisão (Indústrias do Couro e Calçado) e director de serviços (Indústrias do Couro e Calçado, Indústrias Alimentares e Indústrias da Madeira e Papel), em regime de acumulação de funções;

De 1987 a 2000 esteve destacado nos gabinetes dos gestores do PEDIP e do PEDIP II como coordenador de programas, tendo colaborado na elaboração, na discussão, na implementação e no acompanhamento daqueles dois programas e tendo assessorado, em 1999-2000, o gestor do POE na elaboração e na implementação do POE — Programa Operacional da Economia;

De Setembro de 2000 a Julho de 2001 exerceu as funções de chefe de gabinete do Secretário de Estado das Pequenas e Médias Empresas, do Comércio e dos Serviços do XIV Governo Constitucional;

De Outubro de 2001 a Março de 2003 exerceu as funções de subdirector-geral da Direcção-Geral da Indústria;

A partir de Março de 2003 exerce as funções de assessor principal da Direcção-Geral da Empresa.

Participação em órgãos sociais:

Presidente da comissão de fiscalização do CTC — Centro Tecnológico do Calçado durante três mandatos (de 1987 a 1997); Vogal da administração do CITEVE — Centro Tecnológico das Indústrias Têxteis e do Vestuário de Portugal durante três mandatos (de 1989 a 1999);

Secretário da mesa da assembleia geral do CEDINTEC — Centro para o Desenvolvimento e Inovação Tecnológica durante dois mandatos (de 1992 a 2000).

Despacho n.º 23 102/2005 (2.ª série). — No âmbito da Convenção sobre Cooperação para a Protecção e o Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas, aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 66/99, de 17 de Agosto, e nos termos do despacho conjunto n.º 477/2004, de 2 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 179, de 31 de Julho de 2004, nomeio como representante do Ministério da Economia e da Inovação na delegação portuguesa à Comissão para a Aplicação e o Desenvolvimento daquela Convenção o engenheiro Bento de Morais Sarmento.

19 de Outubro de 2005. — O Ministro da Economia e da Inovação, *Manuel António Gomes de Almeida de Pinho*.

Louvor n.º 1415/2005. — Passou à situação de aposentação, após 36 anos de serviço, a assistente administrativa especialista Maria Fernanda da Silva.

Durante este longo período de dedicação à causa pública a assistente administrativa especialista sempre demonstrou um sentido inequívoco de profissionalismo que aliado à sua competência e às relações humanas que soube manter são bem merecedoras de público elogio.

Tal desempenho foi um privilégio para todos aqueles que com ela privaram, que sem dúvida motivam um sentimento comum de elevada consideração e estima.

14 de Outubro de 2005. — O Chefe de Gabinete, *João Correia Neves*.

Gabinete do Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor

Despacho n.º 23 103/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos das disposições conjugadas dos artigos 2.º, n.º 1, 4.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio adjunta do meu Gabinete a licenciada Mónica Mira d'Andrade, mantendo-se requisitada à Associação Nacional de Revendedores de Combustíveis — ANAREC e sendo, em consequência, exonerada da nomeação objecto do meu despacho n.º 11 208/2005 (2.ª série), de 2 de Maio.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 1 de Outubro de 2005.

12 de Outubro de 2005. — O Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, *Fernando Pereira Serrasqueiro*.

Despacho n.º 23 104/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º e do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio, com efeitos a partir

da presente data, o licenciado Miguel Ângelo dos Santos Martins Barata, para prestar apoio técnico ao meu Gabinete no âmbito da sua especialização, nomeadamente emitindo pareceres sobre a regulamentação das actividades de comércio e de serviços, sendo para o efeito requisitado às Estradas de Portugal, E. P. E.

2 — A presente nomeação manter-se-á em vigor até à cessação das minhas actuais funções podendo ser revogada a todo o tempo.

3 — É atribuída ao nomeado a remuneração mensal equivalente a 80% à de adjunto, incluindo a percepção de subsídios de férias e de Natal no mesmo montante e ainda o abono das despesas de representação na mesma percentagem, sendo estes valores susceptíveis de ser actualizados em função do que, em matéria remuneratória, vier a ser fixado para os lugares de adjunto dos gabinetes dos membros do Governo.

17 de Outubro de 2005. — O Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, *Fernando Pereira Serrasqueiro*.

Direcção-Geral do Turismo

Aviso (extracto) n.º 9876/2005 (2.ª série). — Por ter saído com inexactidão o aviso (extracto) n.º 9319/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 205, de 25 de Outubro de 2005, a p. 15 127, relativo à nomeação de 13 assistentes administrativos principais do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Turismo, a seguir se republica o referido aviso:

«Por despacho da directora-geral do Turismo de 11 de Outubro de 2005:

Maria Eduarda Albuquerque Gonçalves, Maria Ana Vidal Ramos Pereira, Maria Helena Alves Pereira, Albertina Maria Marques Rodrigues Carvalho, Maria Amélia Rodrigues Araújo Cunha, Ana Paula São Pedro Belo, Maria Filomena Alves Pereira Mestre, José António Fernandes Gascão Nunes, Luís Rosa Pinheiro, Francisca do Nascimento Fidalgo Cruz, Ana Paula Monteiro Beatriz Fernandes, do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Turismo, Luís Jorge Baptista Duarte Dias, do quadro de pessoal do Governo Civil de Lisboa, assistentes administrativos da carreira de assistente administrativo, e Mónica Filipa Rocha Mónica, militar da 3.ª Divisão do Estado-Maior da Força Aérea — nomeados, precedendo concurso interno de acesso misto, na categoria de assistente administrativo principal, da carreira de assistente administrativo, do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Turismo.»

Os efeitos da presente republicação retroagem à data da publicação do aviso (extracto) n.º 9319/2005 (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 205, de 25 de Outubro de 2005).

26 de Outubro de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Teresa Monteiro*.

MINISTÉRIOS DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO E DA SAÚDE

Aviso n.º 9877/2005 (2.ª série). — Por despacho de 29 de Agosto de 2005 e de harmonia com o n.º 2 do artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 272/95, de 23 de Outubro, foi autorizada a aquisição directa de medicamentos aos laboratórios, importadores e grossistas pelo Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia, sito na Rua de Conceição Fernandes, 4434-502 Vila Nova de Gaia, para o seu consumo próprio, com excepção de medicamentos com substâncias psicotrópicas ou estupefacientes, sujeitos a regime especial.

4 de Outubro de 2005. — Pela Direcção-Geral da Empresa, o Director-Geral, *Hélder Oliveira*. — Pelo Conselho de Administração do Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento, o Vice-Presidente, *Hélder Mota Filipe*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 23 105/2005 (2.ª série). — Por despacho do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação de 11 de Maio de 2004, foi designado o conselheiro engenheiro José Inácio dos Santos